

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

A EXPERIÊNCIA DA REDE DE ARTE E CULTURA NA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

THE EXPERIENCE OF THE ART AND CULTURE NETWORK IN AGRARIAN REFORM IN THE STATE OF CEARÁ

José Filho Araújo Santos¹
Antoinette de Brito Madureira²

RESUMO

A Rede de Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA) Ceará demonstra a partir da conquista do acesso a política de reforma agrária e da política de cultura uma ampliação da concepção e produção das relações humanas e sociais nos territórios camponeses, tendo as múltiplas linguagens artísticas como mediações fundamentais para alargar processos de humanização, fortalecendo ideais políticos, renovadores de processos formativos e reflexivos, de forma também a pôr em xeque as contradições latentes da formação social brasileira impregnadas no campo subjetivo das individualidades dos sujeitos camponeses, especificamente, quando se pensa o lugar e papel da mulher na sociabilidade camponesa, os corpos LGBTQIA+ e a população racializada que vivem nos territórios, abrindo canais, para discutir as práticas sutis e comuns de violência e opressão. Este artigo se constitui numa análise qualitativa, pautada em estudos que realizamos sobre a Rede PACRA, como numa dimensão empírica a partir da participação nos processos formativos e organizativos desta Rede no contexto dos assentamentos de reforma agrária no Ceará.

Palavras-chave: Reforma agrária, política de cultura, Rede PACRA.

ABSTRACT

The Art and Culture Network in Agrarian Reform (PACRA) Ceará demonstrates, through gaining access to agrarian reform policy and culture policy, an expansion of the conception and production of human and social relations in peasant territories, having multiple artistic languages as fundamental mediations to expand humanization

¹ Assistente Social, Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima (UERR).

² Assistente Social – Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Docente da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

processes, strengthening political ideals, renewing formative and reflective processes, in order to also call into question the latent contradictions of Brazilian social formation impregnated in the subjective field of the individualities of peasant subjects, specifically, when thinking about the place and role of women in peasant sociability, LGBTQIA+ bodies and the racialized population living in the territories, opening channels to discuss subtle and common practices of violence and oppression. This article constitutes a qualitative analysis, based on studies we carried out on the PACRA Network, as well as in an empirical dimension based on participation in the training and organizational processes of this Network in the context of agrarian reform settlements in Ceará.

Keywords: Agrarian reform, culture policy, PACRA Network.

1 INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais, que compõem o território camponês, são resultantes de um conjunto de fatores organizativos, sociais, culturais e políticos, que conformam historicamente espaços de vida e sociabilidade, frente ao domínio estrutural da concentração do latifúndio e das suas formas modernas de expansão, tais como agronegócio, minério negócio e o hidronegócio.

O espaço agrário brasileiro historicamente sofreu incisivos processos de exclusão e negação de acesso aos direitos de cidadania, sendo relegado o território e as populações as condições ínfimas e subalternas de vida. Pela impossibilidade de materialização qualitativa dos meios e formas de acesso à terra, trabalho e direitos às populações camponesas foram ao longo da história estabelecendo formas de luta e (r) existência.

Na luta pela terra os assentamentos rurais têm se apresentado enquanto espaço concreto e simbólico da garantia de uma vida mais justa e digna. É desse lugar das condições materiais que o assentamento a partir da política pública de reforma agrária oportuniza os camponeses acessarem condições objetivas e subjetivas para construírem relações coletivas, solidárias e fraternas na relação com a terra, bem como, constituir processos sociais e culturais no que tange a memória, identidade política e a história, fortalecendo as práticas comunitárias e a sociabilidade do território, socializando-as entre as gerações.

As iniciativas no campo da arte e da cultura desenvolvidas nas áreas de reforma agrária do Ceará, vem gerando a valorização e fortalecimento das dimensões simbólicas e concretas do exercício cultural de cidadania, constituindo espaços de novas reflexões, aprendizados e oportunidades para os povos da terra, com a formação de lideranças e agentes culturais com

protagonismo a partir de coletivos artístico-culturais, que produzido sob múltiplos processos de formação, produção e fruição, lança novas vivências e processos educativos contrapostos a cultura dominante capitalista.

A Rede de Arte e Cultura na Reforma Agrária Ceará (PACRA) é uma articulação de grupos culturais de assentamentos de reforma agrária do Ceará que há 20 anos vêm estruturando coletivos de teatro, audiovisual, música, dança e reisado, com alcance em nove assentamentos de reforma agrária de diferentes regiões e municípios do Ceará, mobilizando processos culturais de forma inédita para a realidade histórica dos territórios camponeses. No Ceará a Rede PACRA inaugura uma nova compreensão sobre a cultura camponesa, ampliando a compreensão do campo, não apenas como espaço de produção da matéria prima, provinda da produção agrícola e pecuária. Mas como espaço amplo de produção da vida, possibilitador de condições de desenvolvimento humano e social mais enriquecidas e formativas.

A Rede PACRA parte de um pressuposto de ação que formula diretrizes a partir de uma arte sentipensante (Fals Borda, 2003), articulada à reflexão e produção artística crítica, pautada em questões estruturais através das situações de violência e/ou opressão, identificando a racionalidade colonial-capitalista e sua interferência nas formas de apropriação dos territórios camponeses e o apagamento político-cultural, delineando, a partir daí, questões acerca da defesa da terra e território; reconhecimento e valorização étnico-racial na dimensão histórica, identitária e cultural dos sujeitos assentados da reforma agrária; e a questão de gênero-sexualidade como parte da vida das pessoas camponesas, especialmente das mulheres e pessoas LGBTQIA+ em suas tensões, conflitos e conquistas no campo da vida privada e pública da família/comunidade.

Este artigo se constitui numa análise qualitativa, pautada em estudos que realizamos sobre a Rede PACRA, como numa dimensão empírica a partir da participação nos processos formativos e organizativos desta Rede no contexto dos assentamentos de reforma agrária no Ceará.

2 TERRITÓRIOS EM REDE DE ARTE E CULTURA NA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

A questão agrária como conflito e disputa em torno da posse e uso da terra, abriu resposta às necessidades humanas dos camponeses sem terra, a partir da configuração pública-estatal da política de reforma agrária, inaugurando mecanismos jurídico-políticos de

reconhecimento e viabilização das condições sociais, econômicas, e agrícolas para organização territorial das relações humanas na terra.

Em sua estruturação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) exerceu papel decisivo na desapropriação das terras, fazendo-se valer a função social das áreas, que na maior parte das vezes, estiveram travadas em conflitos contra grandes latifundiários, sendo as áreas apropriadas de forma indevida, nos marcos da lógica capitalista de apropriação privada, violenta e genocida. No Ceará, a política de reforma agrária, abriu caminhos na organização sócio territorial dos sujeitos sem terra, mobilizados pela conquista da terra sem função social, concentrada em sua maior parte, em atividades insignificantes para a condição pública da área.

É com a desapropriação das áreas, com a construção das moradias e o trabalho agrícola, que o assentamento foi ganhando vida comunitária e forma social, passando a produzir condições objetivas e subjetivas de vida. Neste contexto, em 1995, com a criação dos vários assentamentos no Ceará, ocorreu uma ação institucional no INCRA/CE de mapeamento das atividades culturais existentes nos territórios, tendo à frente desta ação uma Assistente Social.

Com o registro e sistematização das principais atividades vinculadas a vida comunitária nos marcos da cultura camponesa, se realizou o I Seminário de Arte e Cultura na Reforma Agrária, evento que contou com a participação de representantes de diversos assentamentos, movimentos sociais do campo, gestores e profissionais da cultura, deflagrando a gênese da PACRA, apontando ali as áreas de atuação, suas prioridades e diretrizes.

Assistente social responsável pelo mapeamento e organização do seminário, recebeu diversas demandas dos assentamentos no que tange a valorização e estruturação das ações na área cultural daqueles territórios, estando a mesma, mobilizando atividades e projetos de cunho artístico, a partir da identificação das áreas e expressões presentes nos assentamentos. Reivindicado pelos sujeitos da reforma agrária, as ações culturais pautavam inicialmente o direito à memória, e a valorização dos seus saberes e fazeres, fortalecendo as tradições culturais de cada assentamento, gerando a partir daí novos aprendizados e trocas de saberes intergeracionais.

A partir de 2003, a PACRA passou por uma gradual expansão, envolvendo cada vez mais grupos artísticos e mais assentamentos, ajudando a estabelecer uma rede de arte e cultura na reforma agrária, além de organizar as demandas desses grupos, contribuindo para solucioná-las através do desenvolvimento de atividades, fosse por financiamento/apoio de instituições

públicas parceiras, fosse pela concorrência em editais de cultura. Como fruto do reconhecimento nacional dessa ação pela Superintendência Regional do INCRA no Ceará e outras instituições que desenvolviam atividades no campo da cultura foi criado em 2010 o Grupo de Trabalho Nacional de Cultura na Reforma Agrária, coordenado pela mesma Assistente Social, visando expandir e consolidar o projeto nos demais Estados brasileiros a partir das Superintendências do INCRA.

Em conjunto com assentados e assentadas e algumas parcerias, a PACRA foi conseguindo proporcionar atividades de formação, criação, difusão, intercâmbio, registro e preservação da produção artístico-cultural dos assentamentos, valorizando a diversidade dessa produção, proporcionando uma nova perspectiva para o desenvolvimento dos assentamentos rurais e gerando novas oportunidades de formação, geração de renda e de reconhecimento dos assentados enquanto produtores de cultura.

Dentre essas iniciativas, destaca-se o 'Pontão de Cultura Terra Viva Terra de Arte', realizado em 2009, reunindo 23 grupos culturais dos assentamentos e promovendo uma ampla e pioneira formação em teatro, dança, música e gestão cultural que resultou na montagem de 15 espetáculos de dança, música, teatro e cultura popular. A produção artística culminou no Festival 'Terra Viva, Terra de Arte' realizado no município de Canindé, com um público de cerca de 20.000 pessoas.

Em 2014, no contexto dos governos petistas, aconteceu a sanção da lei nº 13.018 de julho de 2014, instituindo a Política Nacional de Cultura Viva, com o estabelecimento dos Pontos de Cultura. A consolidação da política da cultura viva comunitária foi fundamental naquele contexto para instituir mecanismos de reconhecimento e estruturação dos processos culturais desenvolvidos e realizados pelos diversos grupos sociais dos territórios brasileiros, reconhecendo as especificidades e riqueza cultural na reprodução social da vida, estabelecendo como marco central, a criação de pontos de cultura e/ou pontão de cultura. De acordo com a lei, é objetivo da política nacional de cultura viva:

I - garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais; II - estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura; III - promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil; IV - consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais; V - garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica; VI - estimular iniciativas culturais já existentes,

por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; VII - promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; VIII - potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação; IX - estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural (BRASIL, 2014).

A partir da estruturação da política de cultura viva, o Estado brasileiro em sua esfera federal, abriu canais de financiamento de ações culturais, para grupos culturais diversos da sociedade civil, através de editais, sendo possível fomentar e organizar ações. Em 2016 a partir do golpe de Estado impetrado à presidenta Dilma Rousseff, a política nacional de cultura viva foi fragilizada e praticamente extinguida na esfera federal não tendo continuidade nas gestões posteriores de Temer (2017) e Bolsonaro (2019), com retomada no governo Lula (2023).

No Estado do Ceará, num contexto político assumido por gestões de esquerda ou centro-esquerda, a pasta da política cultural, continuou firme em suas bases, assumido a política da cultura viva comunitária continuidade e relevância por meio do Plano Estadual de Cultura (Lei Estadual 16.018 de 01 de junho de 2016), tendo como princípios, a:

I. Liberdade de expressão, criação e fruição; II. diversidade cultural; III. respeito aos direitos humanos; IV. direito de todos à arte e à cultura; V. direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; VI. direito à memória e às tradições; VII. responsabilidade socioambiental; VIII. valorização da cultura e de seus agentes e profissionais, como vetor do desenvolvimento sustentável; IX. democratização das instâncias de formulação das políticas culturais; X. responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais; XI. colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura; XII. participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais; XIII. Estado Laico. (PLANO ESTADUAL DE CULTURA, 2016)

No capítulo IX do Plano Estadual no que concerne o “Acesso” o art. 16 ressalta que “o Plano Estadual de Cultura deve voltar-se para a universalização do acesso à arte e à cultura, à formação e fruição do público e ao acesso dos criadores às condições e meios de produção cultural, através das metas e ações” destacando em seu inciso 1º, meta 7º “Aumentar, até 2024, o número de Pontos de Cultura em funcionamento no Ceará, atingindo 600 (seiscentos) Pontos de Cultura, compartilhados entre o Governo Federal, o Estado do Ceará e os municípios integrantes do Sistema de Cultura” (PLANO ESTADUAL DE CULTURA, 2016) Para isso, o governo do Estado, se propõe, através da Secretaria de Cultura:

I. ampliar o programa Cultura Viva no Ceará; II. fomentar e fortalecer as redes do

Programa Cultura Viva, por meio de mecanismos de premiação; III. criar e estruturar no organograma da Secretaria da Cultura do Ceará – SECULT, uma instância de gestão responsável pelo programa dos Pontos de Cultura, com vistas à qualificação da gestão compartilhada, acompanhamento, monitoramento e fortalecimento da rede dos Pontos de Cultura no Estado; IV. descentralizar o programa Cultura Viva, priorizando as regiões menos atendidas com a ampliação de Pontos de Cultura, com ênfase nos municípios que não tenham sido atendidos pelo programa; V. ampliar a rede com Pontos de Cultura temáticos; VI. fortalecer a Rede de Pontos de Cultura por meio de ações de formação, residências, intercâmbio e trocas de tecnologias socioculturais e educativas, bem como da promoção de produtos desenvolvidos pelos Pontos de Cultura; VII. captar através do Ministério da Cultura, de outros órgãos federais e estaduais recursos para a ampliação e manutenção da rede de Pontos de Cultura do Ceará; VIII. criar os Pontos de Cultura; IX. fiscalizar as atuações dos Pontos de Cultura, de forma a garantir a lisura de todo o processo seletivo, de execução e de prestação de contas; X. normatizar na esfera estadual o programa Cultura Viva no Ceará em consonância com a legislação federal. (PLANO ESTADUAL DE CULTURA, 2016)

A partir deste contexto, o Estado do Ceará foi conseguindo avançar na qualificação dos pontos de Cultura consolidados nas realidades territoriais diversas, ocupando no cenário das políticas públicas, uma estrutura gerencial capaz de fomentar ações e possibilidades de desenvolvimento sociocultural face os limites e contradições postos no âmbito estatal. Em 2018, a Secretaria de Cultura, lançou a certificação e reconhecimento dos pontos de cultura como locus privilegiado de exercício da cultura viva comunitária constituindo uma ampla rede cearense, entre vários municípios do Estado, estando a Rede PACRA, como agente, partícipe desta articulação e movimento.

Outra experiência relevante e de notório impacto artístico e social na realidade camponesa foi a ‘Escola de Teatro da Terra’, projeto que formou artistas cênicos para atuarem como multiplicadores em oito assentamentos, replicando seus aprendizados e mantendo ativos os grupos teatrais em contextos de incontáveis dificuldades. Os frutos dessa formação e do trabalho da PACRA podem ser vistos através da passagem de conhecimento de geração para geração, e na criação de novas relações nos territórios da reforma agrária.

Em 2019 com a eleição do governo de extrema direita capitaneado por Jair Bolsonaro, as políticas de reforma agrária e as políticas culturais sofreram um profundo desmonte, afetando a condição pública e democrática do Estado brasileiro, especificamente, a materialização e acesso a direitos de cidadania cultural. Neste contexto, o projeto PACRA, foi inviabilizado no espaço institucional do INCRA, ganhando forma mais orgânica, numa rede autônoma, mobilizada pelos coletivos culturais e artísticos dos assentamentos, que passaram a assumir de forma autogestionária a coordenação da Rede.

Vale ressaltar, que o trabalho de arte e cultura viva comunitária nos assentamentos,

resgata, atualiza e fortalece os vínculos com a memória, a história e o território, movendo relações intergeracionais, articulando-se também com experiências, movimentos e grupos de Cultura Viva Comunitária da América Latina através da Rede Latino Americana de Cultura Viva Comunitária.

A PACRA, na luta e mobilização pelas políticas culturais para as populações camponesas, vem ao longo da história, forjando processos de formação estético-artística, política e cultural buscando desvelar as contradições da realidade social que os territórios camponeses estão inseridos, como ainda, fortalecer, animar e potencializar as belezas e resistências daqueles que teimam em permanecer e existir na serra, sertão e no mar, tecendo histórias, e produzindo vidas.

Estes territórios dialeticamente sofrem com as inflexões da sociabilidade colonial-capitalista, racista e patriarcal em suas dimensões objetivas e subjetivas, apresentando situações cotidianas que revelam práticas de violências e/ou opressão. No campo das necessidades materiais, os camponeses, conseguiram saltar da condição de pobreza e miséria, para condições melhores de vida, ao passo que as relações humanas, ainda apresentam situações de opressão de gênero, sexo e raça, enraizadas no cotidiano das realidades.

Os sujeitos da reforma agrária, não estão apartados das relações sociais e humanas mais amplas da sociedade brasileira, tendo suas trajetórias individuais expostas as contradições, ao passo que vivem tensões, dissensos e conflitos na reprodução interna da vida nos territórios. Práticas de violência contra a mulher, contra a população LGBTQIA+, contra as pessoas negras, ainda se apresentam no cotidiano dos territórios da reforma agrária, sendo necessário desvelar as formas sutis de silenciamento e naturalização das opressões.

Entendemos que as contribuições da cultura viva comunitária, necessita fundamentalmente romper com as diversas formas de opressão, movendo processos de formação humana crítica na construção de relações libertárias e igualitárias entre os diversos segmentos e sujeitos filhos da terra.

A Rede Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA) propõe um amplo processo formativo, compreendendo que na atualidade, mas do que trabalhar no terreno cultural é preciso ser capaz de estabelecer processos educativos que ampliem as condições subjetivas para disputar ativamente o debate e a ação por novas formas de hegemonia política na sociedade contemporânea. Assim, concordando com Narcizo (2012, p.05-06), compreendemos que a análise do cotidiano deve-se extrapolar as situações imediatas e vistas como comum,

gerando canais e processos de reflexão e ação crítica.

De acordo com Narcizo (2012) ancorada em Lukács (1966) no último capítulo da “Introdução a Estética Marxista”

[...] a vivência propiciada pela arte provoca um enriquecimento no sujeito de sua personalidade, e não um enriquecimento do individualismo que menospreza o contexto social, mas aquele que o homem pode reviver o passado da humanidade e o presente com perspectivas que apontam para o futuro. A fruição, a contemplação, a criação, categorias fundantes da arte, são em potencial o último território livre, onde se firma a humanização do homem, sua ontologia, e o fazer teleológico. A arte, na contramão de um mundo que glorifica o produto e visa dispensar o produtor, valoriza o criador e não só a criação. (NARCIZO, 2012, p.05).

Neste sentido, o trabalho em rede artístico-cultural dos territórios permeiam a formação pedagógica, e política dos assentamentos com a mediação das linguagens artísticas, do cinema, teatro, música e a cultura popular subsidiando o debate em torno das questões étnico-racial, territorial e de gênero-sexualidade desvelando as contradições ainda presentes nas formas de ser e agir dos povos da terra, possibilitando “a criação de um território livre, propício para experimentação de novas possibilidades criadoras e revolucionárias” (NARCIZO, 2012, p. 11).

3 CONCLUSÃO

A Rede de Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA) Ceará demonstra a partir da conquista do acesso a política de reforma agrária e da política de cultura uma ampliação da concepção e produção das relações humanas e sociais nos territórios camponeses, tendo as múltiplas linguagens artísticas como mediações fundamentais para alargar processos de humanização, fortalecendo ideais políticos, renovadores de processos formativos e reflexivos, de forma também a pôr em xeque as contradições latentes da formação social brasileira impregnadas no campo subjetivo das individualidades dos sujeitos camponeses, especificamente, quando se pensa o lugar e papel da mulher na sociabilidade camponesa, os corpos LGBTQIA+ e a população racializada que vivem nos territórios, abrindo canais, para discutir as práticas sutis e comuns de violência e opressão.

Vale destacar que a Rede PACRA em sua trajetória de 20 anos, teve a frente uma Assistente Social, que na condição de técnica responsável pela articulação, organização e

mobilização dos processos formativos em arte e cultura, lançou sobre o seu fazer profissional a conexão da arte e da cultura como campo de intervenção, de igual maneira como instrumentos facilitadores do desenvolvimento socioinstitucional no campo do acesso aos direitos de cidadania cultural as populações e grupos beneficiados pelos projetos em arte e cultura.

Neste sentido, observamos que atuação com a dimensão da arte na cultura camponesa permitiu a profissional utilizar mediações alternativas no reconhecimento e valorização da conquista dos territórios na luta pela terra e em sua bagagem sócio-histórica de organização política, acionando as linguagens do teatro, música, dança e audiovisual para valorizar a história, memória e identidade local, como ainda, abrir questões silenciadas ao longo do tempo na vida destes territórios.

A capacidade estratégica de articulação da arte com a cultura fomentou as bases para o desvelamento da realidade e a criação de possibilidades para processos sociais mais justos e quiçá emancipatórios, na realidade dos sujeitos que sofrem opressão e violência. Conforme Prates (2007) sobre a arte como matéria prima de atuação dos assistentes sociais:

[...] velhas e novas demandas tencionam nosso cotidiano de trabalho, exigindo uma capacidade estratégica que possibilite não só o seu desvendamento, como também uma intervenção efetiva que contribua com o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios. (PRATES, 2007, p. 222).

Desta maneira, a arte como uma dimensão fundamental da objetivação humana, produto da subjetividade em sua conexão com a realidade, deve exprimir múltiplas formas de compreensão e leitura da (re) produção social da vida, abrindo caminhos no exercício profissional para qualificar as condições de existências dos diversos grupos sociais. Ainda que suas linguagens e expressões também sejam disputadas dentro dos marcos da sociabilidade capitalista-racista-patriarcal na conformação de um consenso desatento às violências e opressões que desefetivam a potencialidade humana. Assim, Prates (2007, p. 224) ressalta que:

A arte é importante instrumento de reprodução do ser social. Exprimindo – através do traço, da cor, do som, dos gestos – sentimentos, valores, hábitos, costumes, indignações, paixões, modos de ver o mundo, a vida, a nós mesmos e materializada na pintura, na dança, na culinária, na escultura, na dramatização, na arquitetura, na música, nas objetivações, em parte histórica e socialmente construídas, em parte histórica e socialmente determinadas, possibilitando que sejam apreendidas pela razão e sensibilidade do outro; mas, por outro lado, pode reduzir também o sentido estético, o gozo humano do belo, do bom, do confortável, quando a sensibilidade é alienada. (PRATES, 2007, p. 22).

Assim, apreendemos que a mediação da arte no campo da cultura, ressalta a dimensão pedagógica e política do trabalho profissional, nos processos de formação da consciência dos grupos sociais, ao tomar as questões da vida na intervenção profissional, desvelando as contradições desta sociabilidade. Entendemos que as dimensões pedagógica e política estão vinculadas “à intervenção do assistente social na maneira de agir e de pensar da sociedade e aos elementos políticos e culturais da luta pela hegemonia, visto que está inserido nos processos diferenciados de organização e reorganização da cultura”. (CONCEIÇÃO, 2010, p.51).

Em acordo, com Scherer (2013, p.178) “a arte, articulada aos processos de trabalho que se inserem assistentes sociais, poderá auxiliar no fortalecimento de processos sociais emancipatórios da população, na dimensão educativa do trabalho do assistente social possibilitando que o seu projeto ético-político ganhe vida em uma ordem prática”. Assim, salientamos que “para o Serviço Social é fundamental desvendar o modo de ser e de reproduzir-se do ser social expressas no seu cotidiano” (PRATES, 2007, p. 226) desvelando e disputando os processos contraditórios, por meio do exercício da cidadania cultural como mediação para o fortalecimento da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Vera Núbia. Arte como possibilidade de mediação no serviço social. **PIDCC: Revista em propriedade intelectual direito contemporâneo**, v. 9, n. 2, p. 125-150, 2015.

NARCIZO, Elaine Cristina. Serviço social, movimentos sociais e arte: uma proposta para afirmação do projeto ético-político da profissão. Proceedings of the 2nd **Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca**, 2012.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 6, n. 2, p. 221-232, 2007.

GROSSI, Patrícia Krieger; DE ALMEIDA, Eliane Moreira. Serviço Social e arte: possibilidades e desafios da intervenção profissional. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2019.

CONCEIÇÃO, Débora Guimarães da. O serviço social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serviço Social em revista**, v. 12, n. 2, p. 50-67, 2010.

SCHERER, Giovane. **Serviço Social e Arte: Juventudes e Direitos Humanos em Cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro, 1968. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho.

PLANO ESTADUAL DE CULTURA (Lei Estadual 16.018 de 01 de junho de 2016). Disponível em: [plano-estadual-de-cultura-secult-ce.pdf](#). Acesso em 01 de Mar. De 2024

Lei Nacional da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018 de julho de 2014) Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados ([camara.leg.br](#)) Acesso em 01 de Mar. De 2024